

MILLENNIUM

# O pior pesadelo dos ditadores

*A idéia já estava na 'Bíblia', no 'Corão', no 'Bhagavad-Gita', nos 'Upanishads', mas nunca antes com o caráter universal que adquiriu neste fim de milênio. A noção de que cada ser humano tem direitos universais e inalienáveis está entre as mais poderosas e persistentes destes mil anos*

WOLE SOYINKA

The New York Times Magazine

As famosas teses de Martin Luther King contra o absolutismo religioso despontaram para mim desde cedo como fortes candidatas a melhor idéia dos últimos mil anos, até porque o estandarte manchado de sangue do fanatismo religioso tem tudo para ser um dos legados mais proeminentes deste milênio. Por associação, o mesmo posto poderia ser ocupado pelo microprocessador e suas conseqüências – liberalização do acesso ao conhecimento e uma explosão quântica no que se refere à transmissão de idéias. Há, no entanto, uma idéia mais nobre que ganhou força neste milênio e agora começa a florescer, a idéia de que certos direitos fundamentais são inerentes à condição humana.

A humanidade sempre lutou para reafirmar certos valores, valores que o indivíduo intuitivamente percebia pertencer a cada pessoa como parte de sua existência. É difícil imaginar uma era em que esses valores não eram perseguidos em espasmódicos atos de protesto contra normas que pareciam governar a sociedade mesmo em sua forma mais rudimentar. Mesmo depois de anos de conformismo, um poucos dissidentes sempre surgiam e o impulso primeiro de suas ações sempre vinha de uma compreensão crucial do valor subjetivo do indivíduo.

**Salvaguardas** – Na entrega da autoridade a um indivíduo como chefe de uma coletividade, é fundamental um sistema que a salvaguarde da autoridade arbitrária. Tome como exemplo a monarquia entre os iorubas, povo que hoje vive na região oeste da Nigéria. No topo da sociedade está uma figura quase deificada, com poder supremo sobre seus súditos. Para preservar a aura mística desse governante, ele nunca é visto comendo ou bebendo. Em tempos antigos, ele nem sequer podia falar diretamente com seu povo, sendo obrigado a empregar um intermediário, um porta-voz. O soberano supremo dentre os reis iorubas, o ekeji orisa (companheiro dos deuses), era proibido até ver a face de seus súditos.

A despeito da distância social e psicológica entre o líder e seus súditos, o monarca governava dentro de um rígido contrato de autoridade. A transgressão de um tabu ou a incapacidade de cumprir seus deveres cerimoniais resultavam em multas, rituais de penitência ou um período de ostracismo. O maior crime, porém, era o de abuso de poder, autoritarismo excessivo e o desrespeito aos direitos do cidadão. Para esses crimes, só havia uma resposta: o rei, julgado culpado, tinha que cobrir a cabeça e era convidado a recolher-se a seus aposentos privados. Ele compreendia a sentença e jamais deveria ser visto novamente entre os vivos.

Às vezes, é claro, alguém consegue transformar a autoridade coletiva num monopólio pessoal. Nesses casos, a sociedade é marcada por tensões, palpáveis ou ocultas, entre os direitos suprimidos do povo e o poder

voraz de um indivíduo. Mas onde a sociedade apóia suas reivindicações, sua resistência, sob tais circunstâncias? Sabemos que uma rebelião pode ser detonada pelas lembranças de uma relação mais igualitária, pela expropriação material ou por uma transgressão cultural que afeta o bem-estar espiritual da comunidade ou do indivíduo. Tal rebelião encontra sua autoridade na crença de que o governante violou uma condição fundamental da existência humana.

O droit du seigneur, o direito do senhor de deflorar, na noite de núpcias, a noiva de qualquer um de seus vassallos – no que mais pode o noivo ritualmente traído fincar as raízes de sua rebelião que não no senso subjetivo de seu próprio valor? O que dizer do monarca ioruba que, ainda hoje em certas partes do meu mundo, tenta exercer seu direito de gbese le – isto é, calçar simbolicamente seu chinelo real em qualquer mulher que desejar e, assim, aumentar seu harém? O direito do senhor ao trabalho compulsório de seus camponeses, a propriedade de outro ser humano como escravo, a nova era de servidão das mulheres em países como o Afeganistão – os desafios a esses e a outros direitos certamente têm início com o questionamento do valor do indivíduo, expandindo-se progressivamente para a avaliação do valor da entidade humana como uma unidade de propriedades e direitos irredutíveis.

**Raça humana** – Foram necessários séculos para que as sociedades influenciassem umas às outras ao ponto de incitar as mentes filosóficas a encarar a idéia de raça humana em geral e não simplesmente como membros de uma raça específica ou ocupantes de determinado espaço geográfico. Em seu início rudimentar, cada sociedade permaneceu limitada por um processo que codificava seus próprios e

identificáveis interesses coletivos contra os demais, como a Magna Carta e a Declaração de Direitos americana. Os juramentos de vassalagem feitos por senhores feudais impunham deveres aos suseranos, mas também implicam em mecanismos arbitrários de autoridade e coerção sobre o nível social imediatamente inferior. Isso às vezes resultava em bizarras alianças do monarca com seus vassallos inferiores contra seus barões e senhores da guerra.

**Negação de direitos** – Como a raça e a cidadania, a religião não ficou muito atrás da filosofia de exclusão de direitos, elaborando códigos para proteger os direitos dos fiéis, mas negando-os aos demais – a cruz contra o crescente, budistas versus hindus, fiéis contra infiéis. Ou simplesmente religião contra o secularismo. Reduzido a pó sob os cascos das bestas de combate da religião, ideologia e raça, cada unidade social reavalia de tempos em tempos no que se distingue de rebanhos de gado ou ovelhas, dos cavalos que puxam as carruagens dos reis, mesmo quando essas escolhas não passam de expressão da vontade da coletividade. Se apenas a ordem, a organização social, a tecnologia e até mesmo as estruturas produtivas bastassem para definir a espécie humana, que qualidades serviriam para diferenciar o *Homo sapiens* de todas as demais espécies?

Polarizações no interior de microcosmos – nós contra eles, os inferiores – há muito armamento de racionalizações bem elaboradas. Ao longo da história, teólogos cristãos e muçulmanos

pesquisaram suas escrituras em busca de passagem que reforçassem o incontestável primado de um Deus supremo invisível que lhes teria dado autoridade. E para quê? Principalmente para dividir o mundo em nós e o resto. Os maiores cérebros filosóficos da Europa, como Hume, Hegel e Kant, canalizaram seus prodigiosos talentos para a tarefa de separar as espécies entre as que têm direitos e as que não têm, baseados na conveniente teoria de que algumas pessoas eram humanas e outras, não. Os enciclopedistas franceses, produtos da chamada Idade da Razão, foram os mais prolíficos codificadores da espécie humana (e das demais) numa escala compreensivelmente ambiciosa e seu esforço conferiu a bênção científica sobre um projeto puramente comercial que viu milhões de almas serem arrastadas pelos oceanos para servir de bestas de carga. Religião e comércio – profissões bem mais antigas do que a que geralmente merece essa fama, mas de igual temperamento – foram reforçadas pela autoridade das novas teorias científicas para dividir a humanidade em manifestações superiores e inferiores da espécie. A dicotomia do mundo estava completa.

**Horror fascista** – Foi preciso que o fascismo quase triunfasse para que o mundo voltasse à razão. O horror do holocausto finalmente trouxe aos governantes do mundo de volta à questão original: qual o verdadeiro valor da humanidade? É de duvidar-se que nos três encontros vitoriosos de Yalta se tenha realmente descido às profundezas filosó-

ficas nas discussões que deram origem às Nações Unidas, essa tentativa parcial de reverter o curso dicotômico da humanidade. Levado a suas últimas conseqüências, esse rumo, tinha resultado numa tentativa de purificação da espécie, extermínio sistemático de milhões de pessoas em câmaras de gás e uma guerra que chafurdou o potencial da Europa no derramamento do sangue de seus jovens. Afinal, o conceito de raça superior não era novidade, mas nunca antes tinha sido tão obsessivamente articulado e sistematicamente perseguido. Era hora de repensar os destinos da humanidade. As conversações de Yalta, conversações que levaram à criação das Nações Unidas, foram uma resposta parcial a essa questão.

O primeiro passo foi traduzir esse novo pensamento em termos concretos, incrustar numa carta de direitos o produto das duras lições do passado imediato: as Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos do Homem. É o reconhecimento desse longamente suprimido extrato da intuição que a humanidade guardou durante a evolução, algo que foi proposto, conspurcado, emendado, vitimado, subvertido, mas jamais abandonado: o de que existem certos direitos fundamentais para todos os seres humanos.

A idéia já existia na *Bíblia*, no *Corão*, no *Bhagavad-Gita*, nos *Upanishads*, mas sempre numa versão reduzida, relativista, patriarcal, sempre sujeita aos invíveis reinos divinos cujos intérpretes são mortais com agendas distintas e seculares, geralmente aliadas a controles arbitrários que estão em contradição com tais idéias.

Discreto e ignorado, mas também abençoadamente indiferente às religiões mundiais, Ifá – o corpo de preceitos espirituais e filosofia secular ioruba, cujas origens se perdem no tempo, mas que é preservado e aplica-

do até hoje – anuncia idéias idênticas por meio de Orunmila, o deus da adivinhação: “Com certeza, foi o ser humano o escolhido para trazer valores ao mundo e seu lugar do bem é o conhecimento de todas as coisas, alegria em todos os tempos, liberdade da ansiedade e liberdade do medo do inimigo.” A humanidade tem se esforçado para apreender o alcance dessa doutrina, o direito ao conhecimento, a liberdade da ansiedade, o direito a uma existência segura como algo inerente à espécie. Foi só o processo de promulgação de sua pertinência a toda a humanidade que foi demorado e penoso. O cerne da idéia, assim, é ao mesmo tempo atemporal e novo. Sua ressurreição – a apreensão concreta da idéia neste milênio, respondendo às exigências da política e da religião e ligando-o firmemente aos alicerces da universalidade – foi abraçada primeiro pela França.

Lá, porém, os eventos que deram nova vida a essa idéia não encorajaram sua adoção em escala universal; na verdade, nem duraram muito tempo na França. A restauração da escravidão, no governo de Napoleão, foi, sem dúvida, a contradição mais absurda desse ideal, mas isso não incomodou o imperador.

**Princípio universal** – Mas, ainda assim, a idéia dos direitos humanos como um princípio universal pegou. Ela certamente foi o motor da paixão dos verdadeiros idealistas na luta pela abolição do tráfico negroiro, pessoas que não podem ser confundidas com o que viam no fim da escravidão apenas uma manobra comercial lucrativa. A idéia da Declaração de Independência dos Estados Unidos – uma idéia que ainda não se realizou plenamente – de que “todos os homens são criados iguais, que são dotados por seu Criador com certos direitos inalienáveis” é um prenúncio da idéia original da qual a Revolução Francesa extraiu sua inspiração, uma idéia que continuou a

convulsionar a injusta ordem do mundo.

A supressão da idéia dos direitos fundamentais do homem é a principal preocupação das ditaduras, sejam elas militares ou civis, de esquerda ou direita, seculares ou teocráticas. No entanto, ela é também seu pesadelo, sua maior pro-

víncia de terror, algo que não conseguem exorcizar, nem mesmo por meio dos mais violentos pogroms, de políticas de terra arrasada e crimes contra a humanidade. É uma idéia que transformou a vida de bilhões de pessoas e está pronta para transformar outros bilhões mais, pois em sua simplicidade associa a libertação de uma pessoa à libertação de todas elas. Seu evangelho de universalidade está ancorado no mais afetivo dos impulsos que os cínicos atribuem às escolhas feitas pela humanidade, o amor-próprio, mas um amor-próprio que hoje traduz humanidade como o próprio eu. (Tradução de Ruth Helena Bellighini)

■ O escritor e dramaturgo Wole Soyinka é nigeriano e foi o primeiro africano a receber o Prêmio Nobel de Literatura de 1986

BVDA/Brasil Verde

